

PROCESSO - A. I. Nº 298958.0015/19-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BOMPREGO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0109-02/20-VD
ORIGEM - IFEP NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET 09/07/2021

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0129-11/21-VD

EMENTA: ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. MERCADORIAS ENQUADRADAS NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Infração parcialmente elidida mediante acolhimento parcial dos elementos de provas apresentados pelo Impugnante, excluído NF-es de aquisições de mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária. Rejeitada a nulidade suscitada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente processo diz respeito ao Recurso de Ofício encaminhado pela 2ª JJF que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epigrafe, lavrado em 24.09.2019, ciente em 03.10.2019, no valor original de R\$191.741,58, em face de haver desonerado a autuada de valor superior ao limite estabelecido no artigo 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 18/08/18, pelo cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 01.02.06

Utilizou indevidamente crédito fiscal e ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária

Após a análise do Auto de Infração, a defesa apresentada pela autuada, protocolada em 22.11.2019, fls. 32 a 55, e a Informação Fiscal protocolada em 17.03.2020, fls. 99 a 104, através o Acórdão JJF nº 0109-02/20-VD, fls. 117 a 125, sessão do dia 17.06.2020, assim se pronunciou a Junta Julgadora:

Como acima relatado, o presente Auto de Infração exige o valor de R\$191.741,58.

Examinando os autos constato estar o PAF consoante com o RICMS-BA e com o RPAF-BA/99, pois o lançamento resta pleno dos essenciais pressupostos formais e materiais e os fatos geradores do crédito tributário constam claramente demonstrados.

Assim, considerando que: a) conforme recibo de fls. 03, 05, e 10, cópia do Auto de Infração e dos papéis de trabalho indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo do auto foram entregues ao contribuinte; b) na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no art. 142 do CTN, bem como nos artigos 15, 19, 26, 28, 30, 38, 39 (em especial quanto ao inciso III e §§, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, do RPAF; c) o processo se conforma nos artigos 12, 16, 22, 108, 109 e 110 do mesmo regulamento; d) a infração está claramente descrita, corretamente tipificada e têm suporte nos demonstrativos e documentos fiscais autuados, emitidos na forma e com os requisitos legais (fls. 04-10 e CD de fl. 11); e) a infração está determinada com segurança, bem como identificado o infrator.

Tendo em vista que as incorreções apontadas pelo Impugnante foram devidamente sanadas na forma prevista no § 1º, do art. 18 do RPAF, rejeito a arguição de nulidade.

Art. 18.

...

§ 1º As eventuais incorreções ou omissões e a não-observância de exigências meramente formais contidas na legislação não acarretam a nulidade do Auto de Infração ou da Notificação Fiscal, desde que seja possível determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário, devendo as incorreções e omissões serem corrigidas e suprimidas por determinação da autoridade competente, desde que o fato seja comunicado ao sujeito passivo, fornecendo-se-lhe no ato da intimação cópia dos novos elementos, com a indicação do prazo de 10 (dez) dias para sobre eles se manifestar, querendo.

Trata-se de exação fiscal relacionada a tributo originalmente sujeito a lançamento por homologação (CTN: art. 150) em que a legislação atribui ao sujeito passivo a prática de todos os atos de valoração da obrigação tributária, inclusive o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta apenas homologar os atos de natureza fiscal do contribuinte no prazo decadencial. Nesse caso, ainda que sobre a obrigação tributária não influam quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, em sendo praticados, os atos são, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação (§§ 2º e 3º do artigo 150 do CTN).

Para efeito homologatório dos prévios procedimentos efetuados pelo contribuinte, mediante uso do Sistema Integrado de Auditoria Fiscal – SIAF, ferramenta de auditoria de ICMS criado e desenvolvido por Auditores Fiscais da SEFAZ-BA com apoio do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia – IAF, o lançamento tributário em revisão neste órgão administrativo judicante decorre do confronto dos dados registrados pelo contribuinte e compostos no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos contribuintes, mediante fluxo único, computadorizado, de informações empresariais com repercussões tributárias, único com validade jurídica a provar a favor e em contra o contribuinte (Dec. nº 6.022/2007: Art. 2º).

Tem suporte probatório nos demonstrativos e documentos autuados (fls. 06-10 e CDs constantes nas fls. 11 e 106), cujas planilhas identifica: NF, data de emissão, número, chave de acesso, UF, NCM, descrição da mercadoria, quantidade, CFOP, vlor item, BC ICMS, alíquota e vlr do crédito utilizado, alíquota e vlr do ICMS legal, valor do ICMS e penalidade objetos da autuação, na conformidade com a infração.

Passo à análise de mérito da infração impugnada.

Acusa-se indevido uso de crédito fiscal de ICMS por entradas de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária e a alegação defensiva é que: a) Na planilha suporte da autuação constam NF-es descrevendo como enquadradas na ST mercadorias que não constam descritas nos documentos fiscais; b) Existência de equívocos na interpretação quanto a inclusão de mercadorias na sistemática da ST.

*Para o item “b”, o Impugnante assim relacionou as **mercadorias** pela data da ocorrência do fato gerado, confrontando com a legislação.*

Decreto 16.499/2015 – Vigência janeiro a março 2016

- **CAPACETE; CAPACETE DIVERTIDO** – São capacetes de bicicleta, não utilizáveis para veículos motorizados, não contemplado no item 1.13, do Anexo Único do RICMS-BA;
- **MABEL SEQUI TRADI 400G** – Biscoito de sequilhos que não possuem farinha de trigo. Portanto, não se enquadra nos itens 11.20 e 11.22, do Anexo único;
- **CETRILAN CR 40 G** – Creme para proteção de assaduras. Não se inclui nos itens 19.8, 19.9 ou 19.23, do Anexo único;
- **VONO ABOBORA CCARNE 17G; VONO BATATA CCARNE 18G; VONO MILH CFRANGO 18G; MASSA NITRO2 CHOCOLATE 720GR, VONO QUEIJ TOM E MAN** – Itens de sopa pré-pronta, e não estão incluídos na Anexo único;
- **LUB DUREX SEM 2EMI** – Lubrificante íntimo com NCM 3304.99.00. Não consta do Anexo único.

Decretos 16.738/16, 16.849/16, 16.983/16, 16.987/16 e 17.164/16

Além dos itens já citados (CAPACETE INIC TAM M; CAPACETE ABS INF P; CAPACE INICIC, MABEL SEQUI TRADIC; VONO ABOBORA CCARNE 17G (SOPAS), tem-se para fato gerador ocorrido entre abril 2016 a dezembro 2017:

- **PEITO DE FRANGO FAT; COXA C/SPBRE; PEITO P FAT 150G CAR; PÉRU DESOSS RECH KG** – Itens cujo fato gerador ocorreu a partir de junho 2016, período em que houve a revogação de produtos resultante do abate de aves, conforme plotagem do Anexo único;
- **CD GUILHER SANTIA; CD JAMMIL NA REAL; CD LEO MAGALHAES. CD GUNS N ROSES 1988; CD NXZERO PROJETO PA** – NCM 8523.40.21, (Discos para sistemas de leitura por raio laser para reprodução apenas de som). Não constam do Anexo único, não havendo, sequer, congêneres de tais produtos;
- **PAPEL MANTEIGA WYDA** – Item utilizado como antiaderente no preparo de alimentos. Não está descrito como submetido à ST, cuja NCM é 4806.4 (papel cristal e outros Papéis calandrados transparentes ou translúcidos);

- *P CAN PPAIX CHOC AVE – Pó para fabricação de pudim. NCM 2106.90.21 (Pós, inclusive com adição de açúcar ou outro edulcorante, para fabricação de pudins cremes, sorvetes, flans, gelatinas ou preparações similares – Para fabricação de pudins, em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg), não havendo na legislação este item específico, constando tão somente o NCM 2106.90.1 (xarope ou estrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina “pré-mix” ou “post-mix”);*
- *ADITIVO P/ RADIAD 1 – NCM 38.24.40.91 (Produtos diversos das indústrias químicas). Não pode ser incluído como item submetido à ST pela falta de previsão específica no Anexo 1 do RICMS-BA, pois não se enquadra nos produtos com as características constantes no Conv. ICMS 110/17, como querosenes, óleos (combustíveis e lubrificantes), ou outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos;*
- *ANDADOR DE B – Item incluído no gênero brinquedos (andador para bebê), cuja NCM é 9503.00.99, que também não se inclui na legislação referente à ST do especificado acima;*
- *AMENDOA TORR SALG LA; AMENDOA S/C R LA VIO; AMENDOA LAMINADA LA – Para estes itens, a única possibilidade plausível para acusação de crédito indevido seria classificá-los como mercadorias isentas, nos termos do art. 265, I, do RICMS-BA. Contudo, o item “amêndoas” se inclui na exceção da regra isentiva. Ademais, diz, ainda que fosse uma mercadoria isenta, a autuação não trata do creditamento do ICMS relativo a mercadorias isentas, mas a mercadorias da ST;*

Decretos 17.303/16 – Vigência: a partir de 01/01/2017

Além dos itens já citados (CAPACETE; MABEL SEQUI TRADIC; CETRILAN CR 40G;

VONO ABOBORA CCARNE 17G (SOPAS); PAPEL MANTEIGA WYDA, tem-se para fato gerador ocorrido no período fevereiro a dezembro 2017:

- *MAC CURTO MN – Item de vestuário (macacão), fora da ST, sequer havendo congêneres no Anexo 1;*
- *ESPAGUETE ANTIADEREN – (Espagateira). De uso doméstico no preparo de alimentos. Não consta na legislação da ST, cujo NCM é 4806.4 (Serviços de mesa, artigos de cozinha e outros artigos de uso doméstico, e suas partes; esponjas, esfregões, luvas e artigos semelhantes para limpeza, polimento ou usos semelhantes);*
- *FRANGO DESF 400G – Não se encaixa no item 11.35 (Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, em salmoura, simplesmente temperados, secos ou defumados, resultantes do abate de aves), pois, trata-se de frango desfiado pré-cozido, conforme plotagem com descrição do produto;*
- *PARAFUS BI 3 6V; PARAF. S/FIO 4,8V BIV – Referem-se a parafusadeira NCM 8467.29.92 (Parafusadeiras e rosqueadeiras), itens não discriminados no Anexo 1 para o período;*
- *TORRAD CONFI – Torradeira elétrica NCM 8516.72.00 (Torradeiras de pão), de uso doméstico. Não se encaixa no gênero de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos do Anexo 1, do RICMS-BA;*
- *PAPEL CONTACT – A NCM do produto (PLÁSTICO ADESIVO TRANSPARENTE) é 3920 (Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares, não reforçadas, não estratificadas, sem suporte, nem associadas de forma semelhante a outras matérias), não havendo tal correspondência específica na legislação referente aos itens ST, devendo o referido item, assim como os demais especificados, ser excluídos da autuação.*

Contra-arrazando a Impugnação, reanalisando o procedimento fiscal, ainda que detectando as alegadas inconsistências entre algumas mercadorias identificadas com NF-es objeto da autuação na planilha suporte, com as descritas nas NF-es, informou que os dados foram extraídos da Escrituração Fiscal Digital – EFD efetuada pelo autuado. Então, considerando que a ferramenta de auditoria utilizada apenas importa as informações, foi o próprio contribuinte quem as gerou. Sem embargo, alertado sobre elas, por ocasião da Informação Fiscal, tomando os dados das NF-es, sanou as inconsistências neste ponto e, demonstrando o que afirma, anexou os arquivos das NF-es de entrada originais (CD constante à fl. 106, cuja cópia foi entregue ao Impugnante).

Quanto aos equívocos apontados pelo Impugnante na interpretação dos itens na sistemática da ST (letra “b”, acima), acatando o que foi pertinente, revisou o procedimento fiscal, conforme anunciado, acertadamente excluindo da autuação: CAPACETE; CAPACETE DIVERTIDO; MABEL SEQUI TRADI 400G; CETRILAN CR 40 G; LUB DUREX SEM 2EM1; CD GUILHER SANTIA; CD JAMMIL NA REAL; CD LEO MAGALHAES. CD GUNS N ROSES 1988; CD NXZERO PROJETO PA; PAPEL MANTEIGA WYDA; P CAN PPAIX CHOC AVE; ADITIVO P/ RADIAD 1; ANDADOR DE B; MAC CURTO MN; ESPAGUETE ANTIADEREN; PARAFUS BI 3 6V; PARAF. S/FIO 4,8V BIV; TORRAD CONFI; PAPEL CONTACT.

De igual forma, também acertadamente, rejeitou as alegações defensivas para: VONO ABOBORA CCARNE

17G; VONO BATATA CCARNE 18G; VONO MILH CFRANGO 18G; MASSA NITRO2 CHOCOLATE 720GR, VONO QUEIJ TOM E MAN (macarrão instantâneo); PEITO DE FRANGO FAT; COXA C/SPBRE; PEITO P FAT 150G CAR; PÉRU DESOSS RECH KG; AMENDOA TORR SALG LA; AMENDOA S/C R LA VIO; AMENDOA LAMINADA LA, FRANGO DESF 400G, pois, ao contrário do alegado, são produtos enquadrados no regime de substituição tributária e figurantes do Anexo 1, do RICMS-BA, nos respectivos períodos da ocorrência dos fatos geradores.

Por consequência, a Autoridade Fiscal autora do feito revisou o procedimento fiscal depurando o crédito fiscal em constituição, para **R\$34.997,20**, conforme novas planilhas aportadas aos autos na mídia eletrônica, contida no CD de fl. 106.

Considerando que tanto o novo valor da exação, como todos os novos elementos suporte foram dados a conhecer ao sujeito passivo, tendo este permanecido silente, é de incidir sobre o caso a normativa exposta no art. 140, do RPAF.

Art. 140. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Tendo em vista nada ter a reparar de ofício quanto ao procedimento fiscal revisado, acolho o ajuste da exação para declarar a infração parcialmente subsistente, que passa a ter o seguinte demonstrativo de débito:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO					
Data Ocorr	Data Vencdo	Base de Cálculo	Aliq	Multa	Vlr Histórico
Infração 01					
30/01/2016	09/02/2016	5.413,72	18%	60%	974,47
28/02/2016	09/03/2016	4.612,33	18%	60%	830,22
31/03/2016	09/04/2016	6.867,22	18%	60%	1.236,10
30/04/2016	09/05/2016	5.778,28	18%	60%	1.040,09
31/05/2016	09/06/2016	7.961,17	18%	60%	1.433,01
30/06/2016	09/07/2016	8.057,06	18%	60%	1.450,27
31/07/2016	09/08/2016	8.989,11	18%	60%	1.618,04
31/08/2016	09/09/2016	6.935,61	18%	60%	1.248,41
30/09/2016	09/10/2016	14.039,07	18%	60%	2.527,03
30/10/2016	09/11/2016	5.815,89	18%	60%	1.046,86
30/11/2016	09/12/2016	8.293,94	18%	60%	1.492,91
31/12/2016	09/01/2017	4.772,72	18%	60%	859,09
30/01/2017	09/02/2017	4.269,72	18%	60%	768,55
28/02/2017	09/03/2017	6.227,72	18%	60%	1.120,99
31/03/2017	09/04/2017	4.240,01	18%	60%	763,20
30/04/2017	09/05/2017	5.053,33	18%	60%	909,60
31/05/2017	09/06/2017	11.210,00	18%	60%	2.017,80
30/06/2017	09/07/2017	3.789,83	18%	60%	682,17
31/07/2017	09/08/2017	14.841,28	18%	60%	2.671,43
31/08/2017	09/09/2017	3.133,78	18%	60%	564,08
30/09/2017	09/10/2017	4.535,78	18%	60%	816,44
30/10/2017	09/11/2017	15.023,83	18%	60%	2.704,29
30/11/2017	09/12/2017	18.532,56	18%	60%	3.335,86
31/12/2017	09/01/2018	16.034,94	18%	60%	2.886,29
Total da Infração					34.997,20

Quanto à multa proposta: a) é a legislada para o caso; b) por tratar de descumprimento de obrigação tributária principal, prejudicado está o pedido de seu afastamento ou redução; c) em face do disposto no art. 167 do RPAF, o argumento de inconstitucionalidade e/ou ilegalidade de norma em vigor não pode ser apreciada no âmbito deste órgão administrativo judicante.

Em face do exposto, voto pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** do Auto de Infração.

Estabelece o RPAF/BAHIA no artigo 169, inciso I, alínea “a”:

Art. 169. Caberão os seguintes recursos, com efeito suspensivo, das decisões em processo administrativo fiscal:

I - para as Câmaras de Julgamento do CONSEF:

a) recurso de ofício das decisões proferidas pelas Juntas de Julgamento Fiscal, quando a decisão for total ou parcialmente favorável ao sujeito passivo, se o montante do débito exonerado pela referida decisão for superior R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

Com base no dispositivo legal acima, a 2ª JJF recorreu de ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal, sendo o processo a mim distribuído, que após analisá-lo, assim como a

decisão proferida pela 2ª JJF, assim me manifesto.

VOTO

A autuação foi suportada pela utilização indevida de crédito fiscal sobre as entradas de mercadorias sujeitas à Substituição Tributária, conforme se vê na descrição da infração, com o que não concordou a Recorrente, levando a que apresentasse impugnação, devidamente apreciada pela Junta Julgadora juntamente com a Informação Fiscal prestada pelo autuante.

A informação fiscal prestada pelo autuante, reconhecendo a improcedência dos itens apontados pela autuada como não passíveis de enquadramento no regime de substituição tributária, CAPACETE; CAPACETE DIVERTIDO; MABEL SEQUI TRADI 400G; CETRILAN CR 40 G; LUB DUREX SEM 2EM1; CD GUILHER SANTIA; CD JAMMIL NA REAL; CD LEO MAGALHAES. CD GUNS N ROSES 1988; CD NXZERO PROJETO PA; PAPEL MANTEIGA WYDA; P CAN PPAIX CHOC AVE; ADITIVO P/ RADIAD 1; ANDADOR DE B; MAC CURTO MN; ESPAGUETE ANTIADEREN; PARAFUS BI 3 6V; PARAF. S/FIO 4,8V BIV; TORRAD CONFI; PAPEL CONTACT, assim como o saneamento efetuado com base nas informações constantes da peça impugnatória da autuada referente a notas fiscais cujas descrição de mercadorias não coincidiam com o apontado na autuação, devidamente constatadas, reduziu o valor da infração de R\$191.741,58, para R\$34.997,20.

O valor remanescente diz respeito aos produtos que, de acordo com a informação fiscal, encontram-se devidamente enquadrados no regime de Substituição Tributária: VONO ABOBORA CCARNE 17G; VONO BATATA CCARNE 18G; VONO MILH CFRANGO 18G; MASSA NITRO2 CHOCOLATE 720GR, VONO QUEIJ TOM E MAN (macarrão instantâneo); PEITO DE FRANGO FAT; COXA C/SPBRE; PEITO P FAT 150G CAR; PÉRU DESOSS RECH KG; AMENDOA TORR SALG LA; AMENDOA S/C R LA VIO; AMENDOA LAMINADA LA, FRANGO DESF 400G.

O posicionamento apresentado pelo preposto autuante foi integralmente acatado pela Junta Julgadora.

Cientificada do decidido no acórdão objeto do presente recurso a autuada fez-se silente, pelo que se entende como concordante nos termos do estabelecido pelo RPAF no artigo 140, a seguir transcrito:

Art. 140. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Da análise que fiz do processo, das provas e argumentos apresentados pela autuada e acatados pelo preposto autuante e pela Junta Julgadora, após verificações efetuadas, comungo com o julgamento prolatado pela 2ª JJF em sua integralidade, restando da forma seguinte a apuração dos valores devidos:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO – INFRAÇÃO 01					
Data Ocorr	Data Vento	Base de Cálculo	Aliq	Multa	Vlr Histórico
30/01/2016	09/02/2016	5.413,72	18%	60%	974,47
28/02/2016	09/03/2016	4.612,33	18%	60%	830,22
31/03/2016	09/04/2016	6.867,22	18%	60%	1.236,10
30/04/2016	09/05/2016	5.778,28	18%	60%	1.040,09
31/05/2016	09/06/2016	7.961,17	18%	60%	1.433,01
30/06/2016	09/07/2016	8.057,06	18%	60%	1.450,27
31/07/2016	09/08/2016	8.989,11	18%	60%	1.618,04
31/08/2016	09/09/2016	6.935,61	18%	60%	1.248,41
30/09/2016	09/10/2016	14.039,07	18%	60%	2.527,03
30/10/2016	09/11/2016	5.815,89	18%	60%	1.046,86
30/11/2016	09/12/2016	8.293,94	18%	60%	1.492,91
31/12/2016	09/01/2017	4.772,72	18%	60%	859,09
30/01/2017	09/02/2017	4.269,72	18%	60%	768,55
28/02/2017	09/03/2017	6.227,72	18%	60%	1.120,99
31/03/2017	09/04/2017	4.240,01	18%	60%	763,20
30/04/2017	09/05/2017	5.053,33	18%	60%	909,60
31/05/2017	09/06/2017	11.210,00	18%	60%	2.017,80

30/06/2017	09/07/2017	3.789,83	18%	60%	682,17
31/07/2017	09/08/2017	14.841,28	18%	60%	2.671,43
31/08/2017	09/09/2017	3.133,78	18%	60%	564,08
30/09/2017	09/10/2017	4.535,78	18%	60%	816,44
30/10/2017	09/11/2017	15.023,83	18%	60%	2.704,29
30/11/2017	09/12/2017	18.532,56	18%	60%	3.335,86
31/12/2017	09/01/2018	16.034,94	18%	60%	2.886,29
Total da Infração					34.997,20

Desta forma, convicto, NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício impetrado pela 2ª JJF e julgo o Auto de Infração em comento PROCEDENTE EM PARTE, devendo ser homologados recolhimentos porventura efetuados pela autuada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298958.0015/19-0**, lavrado contra **BOMPREÇO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$34.997,20**, acrescido da multa de 60%, prevista no Art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor já recolhido.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de maio de 2021.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

JOSÉ ROSENVALDO EVANGELISTA RIOS - RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS